

Justificativa: Conforme consignado na CI/SME nº 006/2010, parecer S.M.A.J nº 101/2010, a presente se justifica pelo fato de que o referido contrato está assegurado pelo contrato de repasse nº 0246.011-27/2007, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representada pela Caixa Econômica Federal e Município de Ponta Porã e o prazo solicitado ficará em consonância com o mesmo, conforme cópia em anexo do termo aditivo ao contrato de repasse.

Fundamento legal: Lei Federal nº 8666/93, CI/SMIE nº 006/2010, parecer S.M.A.J nº 101/2010.

Data da assinatura: 20.01.2010

Primeiro termo aditivo à carta - contrato nº 026/2009, que entre si celebram o Município de Ponta Porã e Empresa Umumed Comércio de Materiais Hospitalares Ltda, conforme especificações do Pregão Presencial nº 016/2009.

Representantes: Flávio Kayatt e a Regina Paula Frasson Bortolone  
Objeto do aditamento: as partes ajustam a prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato previsto na cláusula quinta do contrato originário por mais 03 (três) meses, conforme especializações constantes na CI/SMS - Financeiro nº 289/2009, parecer S.M.A.J nº 1970/2009, protocolizada sob o número 16.564/2009.

Justificativa: Conforme consignado na CI/SMS - Financeiro nº 289/2009, parecer S.M.A.J nº 1970/2009, protocolizada sob o número 16.564/2009, a presente se justifica em decorrência do consumo do objeto do contrato em comento, ocasionando a necessidade de aditivo.

Fundamento legal: Lei Federal nº 8666/93, CI/SMS - Financeiro nº 289/2009, parecer S.M.A.J nº 1970/2009, protocolizada sob o número 16.564/2009.

Data da assinatura: 08.12.2009.

Primeiro termo aditivo à carta - contrato nº 021/2009, que entre si celebram o Município de Ponta Porã e Empresa Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda, conforme especificações do Pregão Presencial nº 016/2009.

Representantes: Flávio Kayatt e o Vitor Donini Filho  
Objeto do aditamento: as partes ajustam a prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato previsto na cláusula quinta do contrato originário por mais 03 (três) meses, conforme especializações constantes na CI/SMS - Financeiro nº 289/2009, parecer S.M.A.J nº 1970/2009, protocolizada sob o número 16.564/2009.

Justificativa: Conforme consignado na CI/SMS - Financeiro nº 289/2009, parecer S.M.A.J nº 1970/2009, protocolizada sob o número 16.564/2009, a presente se justifica em decorrência do consumo do objeto do contrato em comento, ocasionando a necessidade de aditivo.

Fundamento legal: Lei Federal nº 8666/93, CI/SMS - Financeiro nº 289/2009, parecer S.M.A.J nº 1970/2009, protocolizada sob o número 16.564/2009.

Data da assinatura: 08.12.2009.

Primeiro termo aditivo à carta - contrato nº 025/2009, que entre si celebram o Município de Ponta Porã e Empresa Pollo Hospitalar Ltda, conforme especificações do Pregão Presencial nº 016/2009.

Representantes: Flávio Kayatt e o Lenir Graganini Carmona  
Objeto do aditamento: as partes ajustam a prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato previsto na cláusula quinta do contrato originário por mais 03 (três) meses, conforme especializações constantes na CI/SMS - Financeiro nº 289/2009, parecer S.M.A.J nº 1970/2009, protocolizada sob o número 16.564/2009.

Justificativa: Conforme consignado na CI/SMS - Financeiro nº 289/2009, parecer S.M.A.J nº 1970/2009, protocolizada sob o número 16.564/2009, a presente se justifica em decorrência do consumo do objeto do contrato em comento, ocasionando a necessidade de aditivo.

Fundamento legal: Lei Federal nº 8666/93, CI/SMS - Financeiro nº 289/2009, parecer S.M.A.J nº 1970/2009, protocolizada sob o número 16.564/2009.

Data da assinatura: 08.12.2009.

Segundo termo aditivo ao contrato nº 095/2008, que entre si celebram o Município de Ponta Porã e Empresa Betunel Industria e Comercio Ltda, conforme especificações do Pregão Presencial nº 039/2008.

Representantes: Flávio Kayatt e o Edgar César Dias de Souza

Objeto do aditamento: as partes ajustam a prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato previsto na cláusula quinta do contrato originário até o dia 30.04.2010, conforme especializações constantes na CI/SMIE/PMPP nº 502/2009, processos nº 17.066/2009 e parecer S.M.A.J nº 2017/2009.

Justificativa: Conforme consignado na CI/SMIE/PMPP nº 502/2009, processos nº 17.066/2009 e parecer S.M.A.J nº 2017/2009, o presente se justifica pelo fato de que o objeto contratado não foi utilizado em sua totalidade.

Fundamento legal: Lei Federal nº 8666/93, CI/SMIE/PMPP nº 502/2009, processos nº 17.066/2009 e parecer S.M.A.J nº 2017/2009.

Data da assinatura: 17.12.2009.

Segundo termo aditivo a carta - contrato nº 043/2008, que entre si celebram o Município de Ponta Porã e Empresa Viper Administradora e Corretora de Seguros Ltda, conforme especificações do Pregão Presencial nº 017/2009.

Representantes: Flávio Kayatt e o Renato Laureti  
Objeto do aditamento: por meio do presente termo, os valores devem se retificados, passando a constar da seguinte maneira: “(...), considerando a proposta vencedora, fazendo com que o valor R\$56.359,41 (cinquenta e seis mil trezentos e cinquenta e nove reais e quarenta e um centavos), constante como valor total do contrato na apuração, passe para R\$57.950,79 (cinquenta e sete mil novecentos e cinquenta reais e setenta e nove centavos), conforme especificações constantes na CI/COL/PMPP nº 077/2009 e Parecer S.M.A.J nº 0976/2009.”(...).

Justificativa: Conforme consignado no Parecer S.M.A.J. nº 1907/2009, a presente se justifica devido a um erro material por um lapso cometido quando da confecção do instrumento do primeiro termo aditivo, onde constou o valor incorreto do contrato entabulado com a Empresa Viper Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

Fundamento legal: Lei Federal nº 8666/93, parecer S.M.A.J nº 1907/2009.

Data da assinatura: 11.12.2009.

Terceiro termo aditivo a carta - contrato nº 043/2009, que entre si celebram o Município de Ponta Porã e Empresa Viper Administradora e Corretora de Seguros Ltda, conforme especificações do Pregão Presencial nº 017/2009.

Representantes: Flávio Kayatt e o Renato Laureti  
Objeto do aditamento: por meio do presente termo as partes alteram o valor contratual, previsto na cláusula segundo, acrescentando-o em aproximadamente 2,91% (dois virgula noventa e um por cento) o que corresponde a R\$ 1.687,86 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e oitenta e seis centavos), cujo valor passará para R\$ 59.638,65 (cinquenta e nove mil seiscentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos), conforme especificações constantes na CI/SMIE/PMPP nº 355/2009, processos nº 15.808/2009 e parecer S.M.A.J. nº 1911/2009.

Justificativa: Conforme consignado no Parecer S.M.A.J. nº 1911/2009, a presente se justifica em decorrência da aquisição de um veículo novo pelo Município que necessita de seguro para que possa circular.

Fundamento legal: Lei Federal nº 8666/93, CI/SMIE/PMPP nº 355/2009, processos nº 15.808/2009 e parecer S.M.A.J. nº 1911/2009.

Data da assinatura: 17.12.2009.

Flávio Kayatt  
Prefeito Municipal

## Leis

Republicado por incorreção

Lei nº 3692, de 23 de Dezembro de 2009.

*Estima a Receita e Fixa a Despesa do  
Município de Ponta Porã – MS, para o  
exercício financeiro de 2010 e dá outras  
providências*

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTA PORÃ – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela lei orgânica do município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Ponta Porã, para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

I – o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, com suas Unidades da Administração Pública Municipal Direta, Entidade Fundacional e seus Fundos Especiais;

II – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as Unidades da Administração Pública Municipal Direta, Entidade Autárquica e Fundos Especiais.

Art. 2º O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Ponta Porã, para o exercício de 2010, compreendendo os órgãos da Administração Direta, Entidades Autárquicas, Fundacional e seus Fundos Especiais, estima a Receita e fixa a Despesa em igual valor de R\$ 134.264.500,00 (Cento e trinta e quatro milhões, duzentos e sessenta e quatro mil e quinhentos reais), importando o Orçamento Fiscal em R\$ 78.482.000,00 (setenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil reais) e o Orçamento da Seguridade Social em R\$ 55.782.500,00 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais ).

Art. 3º A Receita decorrerá da arrecadação de tributos, transferências constitucionais e outras receitas correntes e de capital, de acordo com a legislação vigente, discriminada nos quadros anexos, tendo o seguinte desdobramento:

RECEITA	ORDINÁRIO	OUTRAS FONTES	TOTAL
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
Receita Tributária	11.897.000,00		11.897.000,00
Receita de Contribuições	3.000.000,00	4.000.000,00	7.000.000,00
Receita Patrimonial	1.930.000,00		1.930.000,00
Receita de Serviços	12.500,00		12.500,00
Transferências Correntes	40.240.000,00	43.247.000,00	83.487.000,00
Outras Receitas Correntes	3.370.000,00		3.370.000,00

RECEITA CORRENTE	60.449.500,00	47.247.000,00	107.696.500,00
Operações de Crédito		100.000,00	100.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00		10.000,00
Transferências de Capital		18.210.000,00	18.210.000,00
Subtotal REC.INTRA-ORÇAM.	10.000,00	18.310.000,00	18.320.000,00
Receita de Contribuições		8.248.000,00	8.248.000,00
RECEITA TOTAL	60.459.500,00	73.805.000,00	134.264.500,00

Art. 4º O Orçamento para o exercício de 2010, por ser uno conforme consagra a lei, inclui todas as receitas devidas ao Município, a qualquer título, inclusive as que se destinam às Entidades Autárquicas, Fundacionais e aos Fundos Especiais e, também, todas as despesas fixadas para a Administração Direta, Indireta e para cada Fundo Especial na condição de Unidade Orçamentária.

Art. 5º Os gestores das Entidades Autárquicas, Fundacionais e Fundos Especiais que integram o Orçamento Geral do Município, deverão, para efeito de execução orçamentária, adotar, cada um, o Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa na forma do art. 2º, § 2º, inciso I da Lei n.º 4.320/64.

Art. 6º A Mesa da Câmara e os Gestores dos Órgãos da Administração Indireta, inclusive os Fundos Especiais, encaminharão ao Setor de Contabilidade da Prefeitura, até o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente, os Balancetes Mensais, para fins de incorporação e consolidação ao sistema central de contabilidade, com vistas ao atendimento do que dispõe os artigos 50 e 52 da Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 7º A Despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA	TOTAL
Despesas Correntes	100.979.500,00
Despesas de Capital	25.214.500,00
Reserva de Contingência	8.170.500,00
TOTAL	134.264.500,00
<b>DESPESA POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS</b>	
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	

Câmara Municipal	4.161.000,00
<b>PODER EXECUTIVO</b>	
Sec.Municipal de Governo e Comunicação	1.757.000,00
. Fundação de Cultura e Esporte de Ponta Porã-FUNCESPP	1.119.000,00
. Fundo de Investimentos Culturais	25.000,00
. Fundo de Investimentos Esportivos	25.000,00
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos	1.420.000,00
Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento	2.014.000,00
Secretaria Municipal de Administração	3.039.000,00
. Instituto de Prev. dos Serv. Mun.de Ponta Porã-PREVIPORÃ	13.200.000,00
Secretaria Municipal do Desenvolvimento	465.000,00
. Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Ponta Porã	76.000,00
. Fundo Municipal de Turismo	25.000,00
. Fundo Municipal do Meio Ambiente	25.000,00
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura	20.940.000,00
. Fundo Municipal de Habitação	160.000,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	2.735.000,00
. Fundo Municipal de Assistência Social	1.765.000,00
. Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	251.500,00
. Fundo Municipal para Investimentos Sociais	755.000,00
Secretaria Municipal de Educação	17.302.000,00
. Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização dos Profissionais da Educação	21.000.000,00
Secretaria Municipal de Integração e Turismo	355.500,00
Secretaria Municipal de Saúde	
. Fundo Municipal de Saúde - MS	32.428.000,00
<b>Encargos Gerais do Município</b>	
. Recursos Sob Supervisão da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento	3.530.000,00
. Recursos Sob Supervisão da Secretaria Municipal Administração	4.648.000,00
<b>Subtotal</b>	<b>133.119.000,00</b>
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>1.045.500,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>134.264.500,00</b>

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – tomar todas as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita e a realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária, conforme permissão contida no § 8º do artigo 165 da Constituição Federal, obedecido o limite estabelecido no inciso III do artigo 167 da mesma Constituição e Resolução n.º 43, de 21 de dezembro de 2001 do Senado Federal;

II – proceder à centralização parcial ou total de dotações da Administração Municipal;

III – promover a concessão de subvenções sociais a entidades públicas ou privadas, mediante Convênios ou outro instrumento, observado o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município e, ainda, assinar convênios de mútua colaboração com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e organismos internacionais observando o interesse e conveniência do Município.

Art. 9º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 30% (trinta por cento) dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

I – anulação parcial ou total de dotações;

II – incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;

III – excesso de arrecadação;

IV – produtos de operações de crédito;

Art. 10. O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

I – atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II – atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;

III – atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito, autorizadas por lei, convênios, auxílios e/ou contribuições transferidas da União, do Estado e de suas Entidades;

IV – atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital, consignadas em Programas de Trabalho das funções Saúde, Assistência, Previdência, e em Programas de Trabalho relacionados à Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções;

V – incorporar os saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2009, e o excesso de arrecadação de recursos vinculados de Fundos Especiais, de Autarquias e do FUNDEB, quando configurar receita do exercício, superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei.

Art.11 – Em entendimento às normas constantes da Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001, o Poder Executivo poderá abrir elementos de despesas para a implementação dos projetos e atividades aprovadas nesta Lei;

Art.12 – Os recursos alocados na Reserva de Contingência poderão ser utilizados na abertura de créditos adicionais para cobertura reserva de contingentes e imprevistos condicionados à disponibilidade financeira, conforme previsto no Anexo de Riscos Fiscais da LDO de 2010.

Art. 13. Ficam aprovados os Quadros Demonstrativos da Receita e Planos de Aplicação para os Fundos Especiais e Quadros Demonstrativos da Receita e Despesa, para as Entidades Autárquicas e Fundacionais, que acompanham a presente Lei:

I – Fundo Municipal de Assistência Social, vinculado ao Gabinete do Prefeito, no valor de R\$ 1.765.000,00 (Hum milhão setecentos e sessenta e cinco mil reais);

II – Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ponta Porã - PREVIPORÃ, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, no valor de R\$ 13.200.000,00 (Treze milhões e duzentos mil reais);

III – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Ponta Porã, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, no valor de R\$ 76.000,00 (Setenta e seis mil reais);

IV – Fundo Municipal de Turismo, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Integrado, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais);

V - Fundo Municipal de Meio Ambiente, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Integrado, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais);

VI – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 251.500,00 (Duzentos e cinquenta e um mil e quinhentos reais);

VII – Fundo Municipal para Investimentos Sociais, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 755.000,00 (Setecentos e cinquenta e cinco mil reais).

VIII – Fundação de Cultura e Esporte de Ponta Porã, vinculada à Secretaria Municipal de Governo e Comunicação, no valor de R\$ 1.119.000,00 (Hum milhão cento e dezenove mil reais);

IX – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização dos Profissionais da Educação, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, no valor de R\$ 21.000.000,00 (Vinte e um milhões);

X – Fundo Municipal de Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, no valor de R\$ 32.428.000,00 (Trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil reais).

XI – Fundo Municipal de Investimentos Culturais, vinculado à Fundação de Cultura e Esporte de Ponta Porã, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais);

XII – Fundo Municipal de Investimentos Esportivos, vinculado à Fundação de Cultura e Esporte de Ponta Porã, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

XIII – Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social de Ponta Porã, vinculado a Secretaria Municipal de Infra Estrutura, no valor de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais).

Art. 14. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2010.

Ponta Porã – MS, 23 de Dezembro de 2009.

Flávio Kayatt  
PrefeitoMunicipal

Lei Complementar nº. 62, de 25 de janeiro de 2010.

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal para atender a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição da República, e dá outras providências  
Autor: Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, fazendo uso das atribuições que lhe são conferidas